

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC
LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

CAMPUS SÃO PAULO

(Processo Administrativo nº 23306.002206.2026-82)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de *material permanente* – Impressoras 3D, acessórios para impressoras 3D, projetor multimídia e cadeiras de escritório nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Gravadora a Laser UV – 10W</p> <p>1. Descrição do Equipamento</p> <p>Para fins de definição de desempenho e padrão tecnológico, poderá ser considerado como modelo de referência: Gravadora Laser UV DUE UV 10W, ou equipamento equivalente ou superior que atenda integralmente às especificações técnicas descritas neste documento.</p> <p>Sistema de gravação a laser ultravioleta (UV) destinado a aplicações de marcação e microgravação de alta precisão em placas de circuito impresso (PCI), componentes eletrônicos, polímeros técnicos, materiais sensíveis ao calor, vidros, cerâmicas e metais tratados.</p> <p>O equipamento deverá operar com tecnologia de laser ultravioleta pulsado, permitindo gravações permanentes com elevada resolução e baixo impacto térmico sobre o material, sendo adequado para ambientes laboratoriais, educacionais e de pesquisa.</p> <p>O sistema deverá ser totalmente enclausurado, garantindo segurança operacional em ambientes acadêmicos e laboratoriais.</p> <p>2. Especificações Técnicas Mínimas</p> <p>2.1 Tecnologia do Laser</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo de laser DPSS UV ou tecnologia equivalente • Comprimento de onda na faixa de aproximadamente 355 nm • Potência óptica mínima de 10W • Vida útil do laser mínima de 30.000 horas • Essa tecnologia deverá permitir gravação de alta precisão sem deformação térmica do material. <p>2.2 Sistema Óptico e de Marcação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cabeçote galvanométrico de alta velocidade • Sistema óptico com lente F-Theta ou equivalente • Sistema de foco ajustável • Sistema de red pointer ou laser auxiliar para posicionamento e alinhamento da gravação • O equipamento deverá permitir gravações com alta precisão em superfícies delicadas ou de difícil contraste. <p>2.3 Área de Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área útil mínima de gravação de 170 mm x 170 mm • Capacidade de gravação em materiais com altura mínima de 200 mm 	624410	Unidade	1	R\$ 46.590,00	R\$ 46.590,00

	<p>2.4 Estrutura Mecânica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura metálica rígida • Sistema de movimentação vertical (eixo Z) • Esses recursos devem permitir ajuste preciso de foco e estabilidade durante o processo de gravação. <p>2.5 Desempenho Operacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Velocidade máxima de gravação mínima de 7.500 mm/s • Estabilidade térmica para operação contínua • Alta resolução para microgravação e marcação de precisão <p>2.6 Sistema de Refrigeração</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de refrigeração líquida • Chiller industrial dedicado para controle térmico do laser • Sistema dimensionado para operação contínua • O chiller deverá acompanhar o equipamento no fornecimento. <p>2.7 Interface e Conectividade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conexão USB ou equivalente • Interface de operação por software dedicado • Compatibilidade com sistemas operacionais Windows/Linux/macOS • O software deverá permitir importação de arquivos vetoriais e gráficos: • SVG • DXF • PNG • ou formatos equivalentes compatíveis com gravação vetorial e matricial. <p>2.8 Segurança Operacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura totalmente enclausurada • Sensores de segurança • Proteção contra exposição ao feixe laser • Sistema de intertravamento de segurança • O equipamento deverá atender às exigências de segurança da NR-12, com documentação comprobatória. <p>2.9 Alimentação Elétrica</p> <ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deverá operar com: • Alimentação elétrica 220V – 60Hz <p>3. Acessórios Inclusos O fornecimento deverá incluir, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Chiller industrial para refrigeração do laser • Cabos e conexões • Software de operação • Manuais técnicos • Sistema de alinhamento por red pointer <p>4. Treinamento e Suporte</p>					
--	---	--	--	--	--	--

	<p>O fornecedor deverá oferecer:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Treinamento operacional para utilização do equipamento • Suporte técnico especializado • Assistência técnica nacional • Disponibilidade de peças de reposição no Brasil <p>5. Garantia</p> <ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deverá possuir garantia mínima de: • 12 meses contra defeitos de fabricação, peças e montagem. 					
--	---	--	--	--	--	--

2	<p>Impressora 3D FDM multimaterial Fechada de alto desempenho:</p> <p>1. Descrição do Equipamento</p> <p>Para fins de definição de desempenho e padrão tecnológico, poderá ser considerado como modelo de referência: Bambu Lab P2S Combo, ou equipamento equivalente ou superior que atenda integralmente às especificações técnicas descritas neste documento.</p> <p>Este item deverá possuir um ecossistema compatível com o item 3 de fábrica, sem modificações, a fim de minimizar impactos de treinamento para os usuários.</p> <p>Impressora 3D de tecnologia FFF/FDM de alto desempenho e estrutura fechada (core XY), projetada para aplicações de prototipagem técnica e uso intensivo em ambientes educacionais e laboratoriais. O equipamento deve possuir volume de impressão mínimo de 250 x 250 x 250 mm, extrusora de alta precisão com temperatura de até 300 °C e mesa aquecida, permitindo o uso de materiais de engenharia como ABS, PETG e compósitos. Deve ser equipada com sistema de nivelamento automático, sensores de monitoramento de impressão, conectividade em rede e interface touch screen, proporcionando operação simplificada e alta confiabilidade. Além disso, deve suportar impressão multi material com sistema automático de troca de filamentos, sendo adequada para projetos avançados de manufatura aditiva.</p> <p>2. Arquitetura Mecânica e Estrutural</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia de fabricação por filamento fundido (FFF/FDM); • Sistema de movimentação CoreXY ou equivalente de alta performance comprovada; • Estrutura metálica reforçada com chassis rígido; • Gabinete totalmente fechado de fábrica, com vedação estrutural; • Painéis transparentes frontal e superior para monitoramento; <p>3. Volume de Impressão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Volume útil mínimo de 250 x 250 x 250 mm. <p>4. Desempenho Operacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Velocidade máxima de impressão ≥ 600 mm/s; • Aceleração ≥ 20.000 mm/s²; • Sistema de compensação ativa de vibração (input shaping ou equivalente); • Controle dinâmico de fluxo para manutenção de qualidade em altas velocidades. <p>5. Sistema de Extrusão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Extrusor direct drive de alto torque; 	625259	Unidade	2	R\$ 9.999,00	R\$ 19.998,00
---	--	--------	---------	---	--------------	---------------

	<ul style="list-style-type: none"> • Diâmetro do Filamento: 1,75 mm; • Engrenagens duplas metálicas endurecidas ou equivalente; • Hotend all-metal ≥ 300 °C; • Bico substituível de aço endurecido ou equivalente para utilização de materiais abrasivos; • Sensor de monitoramento de fluxo ou detecção de entupimento; • Troca de bico com procedimento simplificado. <p>6. Plataforma de Impressão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mesa aquecida ≥ 110 °C; • Aquecimento rápido com controle PID; • Superfície magnética flexível removível; • Placa texturizada ou dupla face; • Nivelamento automático por malha; • Compensação automática de primeira camada. <p>7. Câmara de Impressão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Câmara totalmente fechada de fábrica; • Circulação de ar controlada; • Estrutura preparada para materiais de engenharia sensíveis a empenamento. <p>8. Sistema Multi Material Automatizado</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema multi material integrado ou acessório compatível • Capacidade mínima para 4 filamentos simultâneos; • Troca automática durante a impressão sem intervenção humana; • Gerenciamento automático de carregamento e descarregamento; • Compartimento selado para armazenamento de filamentos; • Sistema de aquecimento ativo para desumidificação dos filamentos; • Identificação automática de materiais ou tecnologia equivalente; • Compatibilidade mínima de 16 filamentos ao se agrupar mais sistemas automatizados. <p>9. Sensores, Monitoramento e Segurança</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sensor de fim de filamento por canal; • Sensor de quebra/emaranhamento; • Detecção automática de falha de extrusão; • Câmera Full-HD integrada para monitoramento remoto em tempo real; • Sistema de inteligência artificial para detecção automática de falhas de 					
--	---	--	--	--	--	--

	<p>impressão (“spaghetti”, acúmulo de material etc);</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Alertas automáticos via software ou aplicativo. <p>10. Interface e Conectividade</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Interface embarcada com display gráfico colorido touchscreen; ● Conectividade Wi-Fi integrada; ● Porta USB ou equivalente; ● Monitoramento remoto em tempo real; <p>11. Software e Ecossistema</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Software fatiador dedicado ou homologado pelo fabricante; ● Perfis de impressão otimizados de fábrica; ● Biblioteca de materiais integrada; ● Atualizações automáticas de firmware; ● Compatibilidade de parâmetros, materiais e software com o item 3. <p>12. Garantia</p> <ul style="list-style-type: none"> ● O equipamento deverá possuir garantia mínima de: ● 12 meses contra defeitos de fabricação, peças e montagem. ● Assistência técnica no território nacional; ● Disponibilidade de peças de reposição no Brasil. 					
--	--	--	--	--	--	--

3	<p>Impressora 3D FDM aberta de alto desempenho, compatível com sistema multi material automático:</p> <p>1. Descrição do Equipamento</p> <p>Para fins de definição de desempenho e padrão tecnológico, poderá ser considerado como modelo de referência: Bambu Lab A1, sem AMS, ou equipamento equivalente ou superior que atenda integralmente às especificações técnicas descritas neste documento.</p> <p>Este item deverá possuir um ecossistema compatível com o item 2 de fábrica, sem modificações, a fim de minimizar impactos de treinamento para os usuários.</p> <p>Impressora 3D de tecnologia FFF/FDM voltada para uso educacional e prototipagem rápida, com estrutura aberta e operação simplificada. O equipamento deve possuir volume de impressão mínimo de 250 x 250 x 250 mm, extrusor all-metal com temperatura de até 300 °C e mesa aquecida até 100 °C, permitindo o processamento de materiais como PLA, PETG e ABS.</p> <p>Deve possuir um sistema de calibração automática, nivelamento automático da mesa, sensores de monitoramento e interface touchscreen, proporcionando facilidade de uso e confiabilidade operacional. Deve apresentar, ainda, alta velocidade de impressão (até 500 mm/s) e conectividade para operação em rede, sendo adequada para ambientes laboratoriais, ensino técnico e aplicações de fabricação digital.</p> <p>1. Arquitetura e Estrutura</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Tecnologia FFF/FDM; ● Arquitetura cartesiana de alta velocidade ou equivalente; ● Estrutura aberta ou semiaberta de fábrica; ● Construção rígida compatível com altas acelerações. <p>2. Volume de Impressão</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Volume mínimo de 250 x 250 x 250 mm. <p>3. Desempenho Operacional</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Velocidade máxima ≥ 500 mm/s; ● Aceleração ≥ 10.000 mm/s²; ● Sistema de compensação de vibração (input shaping ou equivalente). <p>4. Compatível com Sistema Multi Material Automatizado – Não incluso no item</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Sistema automático integrado de troca de filamentos; ● Capacidade mínima para 4 filamentos simultâneos; ● Troca automática sem intervenção do usuário; 	627359	Unidade	3	R\$ 3.495,67	R\$ 10.487,01
---	--	--------	---------	---	--------------	---------------

	<ul style="list-style-type: none"> ● Gerenciamento automático de carregamento e descarregamento. <p>5. Sistema de Extrusão</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Hotend ≥ 300 °C; ● Extrusor direct drive ou equivalente; ● Sensor de fim de filamento; ● Sensor de monitoramento de fluxo ou detecção de entupimento; ● Detecção de emaranhamento ou falha de alimentação. <p>6. Plataforma de Impressão</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Mesa aquecida ≥ 100 °C; ● Superfície removível e flexível; ● Nivelamento automático. <p>7. Sensores e Monitoramento</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Monitoramento remoto por câmera integrada ou acessório do fabricante; ● Sensor de falha de impressão; ● Alertas automáticos via software. <p>8. Interface e Conectividade</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Interface de usuário com display gráfico; ● Conectividade Wi-Fi; ● Transferência remota de arquivos; ● Transferência local de arquivos por meio de cartão de memória ou equivalente. <p>9. Software e Ecossistema</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Software fatiador dedicado ou homologado; ● Perfis otimizados de fábrica; ● Compatibilidade de parâmetros, materiais e software com o item 2. <p>10. Garantia</p> <ul style="list-style-type: none"> ● O equipamento deverá possuir garantia mínima de: ● 12 meses contra defeitos de fabricação, peças e montagem. ● Assistência técnica no território nacional; ● Disponibilidade de peças de reposição no Brasil. 					
--	---	--	--	--	--	--

4	<p>Impressora 3D de Resina MSLA:</p> <p>1. Descrição do Item:</p> <p>Para fins de definição de desempenho e padrão tecnológico, poderá ser considerado como modelo de referência: Saturn 4 Ultra 16k, ou equipamento equivalente ou superior que atenda integralmente às especificações técnicas descritas neste documento.</p> <p>Equipamento de manufatura aditiva destinado à fabricação de peças tridimensionais por meio de fotopolimerização de resinas líquidas sensíveis à radiação ultravioleta.</p> <p>2. Tecnologia de Impressão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia de impressão MSLA (Masked Stereolithography) ou equivalente • Cura de resina por meio de luz ultravioleta com comprimento de onda de aproximadamente 405 nm • Sistema de exposição por LCD monocromático de alta resolução. <p>3. Tela de Exposição</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tela LCD monocromática com tamanho mínimo de 10 polegadas • Resolução mínima equivalente a 12K (aproximadamente 11.520 × 5.120 pixels) • Alta transmissão de luz para reduzir tempos de exposição. <p>4. Resolução de Impressão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolução XY mínima aproximada de 19 × 24 µm, ou superior • Precisão do eixo Z de aproximadamente 0,02 mm. <p>5. Volume de Construção</p> <ul style="list-style-type: none"> • 218 × 122 × 220 mm, ou equivalente. <p>6. Velocidade de Impressão</p> <ul style="list-style-type: none"> • até 150 mm/h, dependendo do material utilizado. <p>7. Sistema de Iluminação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fonte de luz COB LED de alta intensidade • Sistema óptico com lente colimadora tipo Fresnel ou equivalente para distribuição uniforme da luz. <p>8. Sistema de Liberação da Peça (Release) O equipamento deverá possuir sistema avançado de separação da peça impressa da película do tanque de resina, incluindo:</p>	636514	Unidade	2	R\$ 4.805,67	R\$ 9.611,34
---	---	--------	---------	---	--------------	--------------

	<ul style="list-style-type: none"> ● sistema de redução de forças de separação (ex: tilt, peeling otimizado ou equivalente). <p>9. Nivelamento da Plataforma O equipamento deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Sistema automático de nivelamento da plataforma de impressão, ou ● Sistema assistido que simplifique o processo de calibração inicial. <p>10. Monitoramento Inteligente O equipamento deverá possuir recursos de monitoramento e diagnóstico do processo de impressão, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Câmera integrada com monitoramento em tempo real ● Detecção automática de falhas de impressão ● Alertas de erro ou anomalia durante o processo. <p>11. Aquecimento do Tanque de Resina</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Sistema de controle térmico da resina, integrado ou externo <p>12. Interface de Operação</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Display touchscreen, ou equivalente ● Interface gráfica para configuração dos parâmetros de impressão ● Visualização de status e progresso da impressão. <p>13. Conectividade O equipamento deverá possuir, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Interface USB para transferência de arquivos <p>14. Compatibilidade de Software O equipamento deverá ser compatível com softwares de fatiamento (slicer) amplamente utilizados na indústria, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● ChituBox ● Lychee Slicer ● ou softwares equivalentes. <p>O sistema deverá permitir importação de arquivos nos formatos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● STL ● OBJ ● formatos equivalentes de modelos tridimensionais. <p>15. Materiais Compatíveis A impressora deverá permitir utilização de diferentes tipos de resina fotopolimerizável, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● resinas padrão ● resinas laváveis em água 					
--	---	--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> ● resinas tipo ABS-like ● resinas técnicas ou de engenharia. <p>16. Acessórios Inclusos O fornecimento deverá incluir, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● impressora 3D de resina ● tanque de resina ● plataforma de impressão ● espátula ou ferramenta de remoção ● cabo de alimentação ● unidade USB ou equivalente para transferência de arquivos ● manual técnico de operação. <p>17. Garantia e Suporte O equipamento deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● garantia mínima de 12 meses ● assistência técnica no território nacional ● disponibilidade de peças de reposição e consumíveis. 					
--	--	--	--	--	--	--

5	<p>Estação de Lavagem e Cura para impressões de resina:</p> <p>1. Descrição do item</p> <p>Para fins de definição de padrão tecnológico e desempenho mínimo, poderá ser considerado como modelo de referência: Elegoo Mercury Plus V3.0 Wash & Cure, ou equipamento equivalente ou superior que atenda integralmente às especificações técnicas descritas neste documento.</p> <p>Sistema automatizado destinado ao pós-processamento de peças produzidas em impressoras 3D de resina fotopolimerizável (tecnologias LCD, SLA ou DLP), composto por funções integradas de lavagem e cura ultravioleta.</p> <p>O equipamento deverá permitir a remoção eficiente de resina não polimerizada das peças impressas, seguida de cura controlada por radiação UV, garantindo a completa polimerização do material, melhoria das propriedades mecânicas, estabilidade dimensional e acabamento superficial.</p> <p>2. Especificações Técnicas Mínimas</p> <p>2.1 Configuração do Sistema</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema integrado ou conjunto funcional equivalente • Operação automatizada com seleção de modos de operação • Interface de controle por painel digital ou botão sensível ao toque • Temporizador programável para lavagem e cura <p>2.2 Sistema de Lavagem</p> <p>A estação de lavagem deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recipiente removível para solvente de limpeza (ex.: álcool isopropílico) • Capacidade mínima do tanque de lavagem de aproximadamente 7,5 litros • Sistema de agitação ou circulação do líquido de limpeza • Tampa ou recipiente selado para redução de evaporação de solventes • O sistema deverá permitir dois modos de limpeza: • Modo de limpeza por cesta, com a peça removida da plataforma de impressão • Modo de limpeza suspensa, com a plataforma de impressão acoplada ao suporte de lavagem • volume compatível com impressoras de resina de médio porte (≈10") <p>2.3 Sistema de Cura UV</p> <p>A estação de cura deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de iluminação ultravioleta com LEDs UV de alta potência 	636514	Unidade	1	R\$ 1.389,00	R\$ 1.389,00
---	---	--------	---------	---	--------------	--------------

	<ul style="list-style-type: none"> Comprimento de onda aproximado de 405 nm, adequado para resinas fotopolimerizáveis Plataforma rotativa automática para exposição uniforme Sistema de iluminação distribuído para cura em 360° <p>2.4 Volume Máximo de Cura</p> <ul style="list-style-type: none"> volume compatível com impressoras de resina de médio porte (≈10") <p>2.6 Sistema de Iluminação e Reflexão UV O sistema de cura deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none"> Colunas de iluminação UV laterais Espelhos ou superfícies refletivas internas Plataforma transparente rotativa A combinação desses elementos deverá garantir exposição uniforme da peça à radiação UV em todas as direções. <p>2.7 Controle e Interface de Operação O equipamento deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none"> Interface de controle digital ou botão sensível ao toque Display de tempo de operação Ajuste de tempo de lavagem e cura Faixa mínima de temporização programável: 0 a 30 minutos O sistema deverá permitir controle independente do tempo de lavagem e de cura. <p>2.8 Segurança Operacional</p> <ul style="list-style-type: none"> O equipamento deverá possuir: Tampa de proteção contra radiação ultravioleta Material filtrante capaz de bloquear aproximadamente 99,9% da radiação UV Sistema de interrupção automática da cura quando a tampa for removida Esses mecanismos deverão garantir a segurança do operador durante o processo de cura. <p>2.9 Alimentação Elétrica O equipamento deverá operar com:</p> <ul style="list-style-type: none"> Alimentação 100–240 V Frequência 50–60 Hz Fonte de alimentação aproximada 24 V / 2,5 A <p>2.10 Compatibilidade O equipamento deverá ser compatível com impressoras 3D de resina que utilizem as tecnologias:</p> <ul style="list-style-type: none"> LCD SLA 					
--	---	--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • DLP • O sistema deverá permitir o processamento de peças provenientes de diferentes fabricantes de impressoras de resina. <p>2.11. Acessórios Inclusos O fornecimento deverá incluir, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • estação de lavagem e cura • recipiente de lavagem • cesta de lavagem • suporte para plataforma de impressão • plataforma rotativa de cura • cabo ou adaptador de alimentação • ferramentas de montagem • manual de operação <p>2.12. Garantia e Suporte O equipamento deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • garantia mínima de 12 meses 					
--	--	--	--	--	--	--

6	<p>Secador/desumidificador de filamentos de impressoras 3D FDM:</p> <p>1. Descrição do Item</p> <p>Para fins de definição de padrão tecnológico e desempenho mínimo, poderá ser considerado como modelo de referência: Creality Space Pi Filament Dryer Plus, ou equipamento equivalente ou superior que atenda integralmente às especificações técnicas descritas neste documento.</p> <p>Equipamento destinado ao armazenamento, aquecimento controlado e desumidificação de filamentos utilizados em impressoras 3D, com o objetivo de reduzir a absorção de umidade e preservar as propriedades mecânicas e dimensionais dos materiais durante o processo de impressão.</p> <p>A caixa secadora deverá permitir a secagem e manutenção da condição ideal de umidade dos filamentos antes e durante o uso, possibilitando sua alimentação direta para impressoras 3D. O equipamento deverá ser adequado para uso em laboratórios de prototipagem, ambientes educacionais e espaços de fabricação digital.</p> <p>O sistema deverá possuir controle eletrônico de temperatura e circulação de ar quente, garantindo secagem uniforme dos filamentos e melhoria na qualidade das impressões, evitando problemas típicos decorrentes da umidade, como bolhas, entupimento do extrusor, falhas de adesão entre camadas e baixa qualidade superficial das peças.</p>	601075	Unidade	3	R\$ 736,33	R\$ 2.208,99
	<p>2. Especificações Técnicas Mínimas</p> <p>2.1 Capacidade de Armazenamento O equipamento deverá possuir capacidade mínima para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 02 carretéis de filamento de até 1 kg cada, ou superior • Possibilidade de uso com 01 carretel de maior capacidade • Sistema de saída para alimentação simultânea de filamento para impressoras 3D <p>A caixa deverá possuir múltiplas saídas de filamento com tubos guia (ex.: PTFE ou equivalente), permitindo alimentação direta da impressora durante a secagem.</p> <p>2.2 Compatibilidade de Filamentos O equipamento deverá ser compatível com filamentos com diâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1,75 mm <p>Deverá suportar diversos materiais utilizados em impressão 3D, incluindo, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PLA • PETG • ABS • TPU • ASA • PC • Nylon e materiais compostos (ex.: reforçados com fibra). 					

	<p>2.3 Sistema de Aquecimento e Secagem O equipamento deverá possuir sistema ativo de aquecimento e circulação de ar para remoção de umidade dos filamentos. Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de aquecimento com elemento térmico PTC ou equivalente • Circulação forçada de ar quente • Distribuição de calor uniforme em 360° • Secagem eficiente de filamentos úmidos <p>O sistema deverá garantir temperatura homogênea dentro da câmara de secagem.</p> <p>2.4 Faixa de Temperatura de Operação O equipamento deverá possuir controle eletrônico de temperatura com faixa mínima de operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 45 °C a aproximadamente 70 °C. <p>Deverá permitir ajuste manual da temperatura conforme o tipo de material utilizado.</p> <p>2.5 Temporizador de Secagem O equipamento deverá possuir temporizador programável para controle do processo de secagem. Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ajuste de tempo de operação • Sistema de contagem regressiva de secagem. <p>2.6 Monitoramento e Interface de Operação O equipamento deverá possuir interface digital que permita monitoramento das condições de secagem. Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Display LCD ou touchscreen <p>Visualização em tempo real de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • temperatura interna • umidade relativa • tempo restante de secagem • Interface intuitiva de operação. <p>2.7 Sistema de Monitoramento Ambiental O equipamento deverá possuir sensores internos capazes de monitorar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • temperatura • umidade relativa <p>Os valores deverão ser exibidos em tempo real na interface do equipamento.</p> <p>2.8 Funções Inteligentes O equipamento deverá possuir, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • perfis pré-configurados de temperatura para diferentes tipos de filamento 				
--	---	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> ● memória de parâmetros em caso de queda de energia ● Possibilidade de ajuste manual de temperatura e tempo de secagem. <p>2.9 Alimentação Elétrica O equipamento deverá operar com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● alimentação 110V e/ou 220V <p>2.10 Estrutura do Equipamento O equipamento deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● estrutura rígida em material polimérico ou metálico resistente ● tampa transparente ou visor para inspeção ● sistema de vedação para controle de umidade ● suportes internos para carretéis de filamento. <p>2.11. Acessórios Inclusos O fornecimento deverá incluir, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● tubos guia de filamento (PTFE ou equivalente) ● cabos de alimentação ● manual técnico de operação ● suportes internos para carretéis. <p>2.12. Garantia e Suporte O equipamento deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● garantia mínima de 12 meses 					
--	---	--	--	--	--	--

7	<p>Projektor multimídia DLP com resolução WXGA:</p> <p>Projektor multimídia com tecnologia de projeção digital do tipo DLP ou equivalente, tomando como modelo de referência o Projektor Acer X1328WH, com resolução nativa mínima WXGA (1280 x 800), brilho mínimo de 5.000 ANSI lumens e contraste mínimo de 20.000:1, adequado para uso em ambientes educacionais, corporativos ou institucionais, inclusive com presença de iluminação ambiente.</p> <p>O equipamento deverá suportar proporção de imagem nativa 16:10, com compatibilidade para 4:3 e 16:9, bem como resoluções superiores até, no mínimo, WUXGA (1920 x 1200). Deverá possuir sistema óptico com zoom mínimo de 1.1x, foco manual e projeção de imagens entre aproximadamente 27" e 300".</p> <p>A fonte de iluminação deverá ser do tipo lâmpada, com vida útil mínima de 6.000 horas em modo normal e 10.000 horas em modo econômico, podendo atingir valores superiores em modos de economia avançados.</p> <p>O projektor deverá dispor de conectividade mínima composta por portas HDMI, VGA (entrada e saída), vídeo composto, áudio (entrada e saída), USB tipo A e interface de controle, além de alto-falante embutido de no mínimo 3W.</p> <p>Deverá ser bivolt automático (100–240V), possuir peso aproximado de até 3kg, operação com baixo nível de ruído e possibilidade de instalação em mesa ou teto.</p> <p>Devem acompanhar o produto os acessórios básicos para funcionamento, incluindo controle remoto, cabos e manual. O equipamento deverá ser novo, com garantia mínima de 12 meses e atender às normas aplicáveis no Brasil.</p> <p>Será aceito equipamento equivalente ou superior ao modelo de referência, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas mínimas estabelecidas.</p>	475686	Unidade	1	R\$ 3.415,04	R\$ 3.415,04
---	--	--------	---------	---	--------------	--------------

8	<p>Cadeira de Escritório Baixa Giratória Sem Braços:</p> <p>Cadeira de escritório do tipo operativa/ergonômica, giratória, sem braços, destinada ao uso em laboratórios, ambientes técnicos e administrativos, com capacidade mínima de suporte de 120 kg, adequada para uso contínuo, tomando como modelo de referência cadeiras corporativas equivalentes às linhas operativas de fabricantes como Cavaletti ou Plaxmetal.</p> <p>A cadeira deverá atender aos requisitos da NR17 (Ergonomia) e/ou norma técnica equivalente (preferencialmente ABNT NBR 13962), possuindo, obrigatoriamente, regulagem de altura do assento por pistão a gás (classe 3 ou superior), regulagem de inclinação do encosto e ajuste de altura do encosto por meio de mecanismo do tipo back-system, contato permanente ou equivalente, com apoio lombar integrado e conformação ergonômica adequada ao uso prolongado.</p> <p>O assento e o encosto deverão ser independentes, confeccionados com espuma injetada de alta densidade (mínimo recomendado de 40 kg/m³), com estrutura interna em madeira multilaminada ou material equivalente de alta resistência. O revestimento deverá ser em tecido de alta resistência ou material sintético (courvin ou poliuretano), de fácil limpeza e adequado ao uso em ambiente de laboratório.</p> <p>A base deverá ser do tipo giratória, com 5 apoios, confeccionada em nylon reforçado ou aço com capa protetora, equipada com rodízios duplos de boa qualidade, compatíveis com pisos frios ou vinílicos. A estrutura deverá garantir estabilidade, resistência mecânica e durabilidade compatíveis com uso institucional.</p> <p>A altura do assento deverá ser ajustável aproximadamente entre 40 e 55 cm, com dimensões mínimas compatíveis com uso adulto (largura ≥ 40 cm e profundidade ≥ 38 cm), devendo o assento possuir borda frontal arredondada para melhor conforto ergonômico.</p> <p>O produto deverá apresentar acabamento adequado, sem rebarbas ou arestas cortantes, ser novo, sem uso, e fornecido com garantia mínima de 12 meses, acompanhado de manual e/ou instruções de montagem.</p> <p>A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, catálogo técnico, ficha técnica ou documentação oficial do fabricante, contendo a descrição das características do produto, mecanismo de regulagem, materiais empregados, capacidade de carga e evidência de atendimento à NR17 ou norma equivalente.</p> <p>Será aceito equipamento equivalente ou superior ao modelo de referência, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas mínimas estabelecidas.</p>	445779	Unidade	15	R\$ 629,33	R\$ 9.439,95
---	---	--------	---------	----	------------	--------------

- 1.2. Entre a descrição dos itens e a numeração do Catálogo de Materiais (CATMAT), prevalecerá, em todos os itens a descrição.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do Recebimento Definitivo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:*
 - I) ID PCA no PNCP: **10882594000165-0-000033/2026**;
 - II) Data de publicação no PNCP: **13/10/2025**;
 - III) Id do item no PCA: **33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40**;
 - IV) Classe/Grupo: **3645, 7020, 7020, 7020, 7290, 6730, 7110** ;
 - V) Identificador da Futura Contratação: **158270-29/2026**;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 4.1.1 Os equipamentos deverão apresentar eficiência energética compatível com sua categoria, priorizando modelos com menor consumo e, quando aplicável, certificações reconhecidas no território nacional;
 - 4.1.2 Equipamentos que gerem fumaça, vapores ou particulados deverão possuir sistemas de exaustão ou serem compatíveis com sistemas de filtragem adequados, garantindo a segurança dos usuários e a redução de impactos ambientais;
 - 4.1.3 Os equipamentos deverão possuir características que favoreçam sua durabilidade, manutenção e reparabilidade, incluindo disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica no território nacional;
 - 4.1.4 As embalagens deverão, sempre que possível, ser compostas por materiais recicláveis ou reutilizáveis, com redução de volume e impacto ambiental.

Subcontratação

- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do empenho, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado do Campus São Paulo, em horário comercial, no seguinte endereço Rua Pedro Vicente, 625 – Canindé – São Paulo/SP CEP 01109-010.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.5. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 (dez)** dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.
- 5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição

do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

- 5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,1% (um décimo por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,1% (um décimo por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,1% (um décimo por cento) a 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1 o prazo de validade;
 - 8.12.2 a data da emissão;
 - 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5 o valor a pagar; e
 - 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

- 8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/04/2026.
- 8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

- 8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

- 9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

- 9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de

outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.
- 9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 103.139,33 (cento e três mil, cento e trinta e nove reais e trinta e três centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

- I) Gestão/unidade: **26439/158270**;*
- II) Fonte de recursos: **1000000000**;*
- III) Programa de trabalho: **231788**;*
- IV) Elemento de despesa: **4.4.90.00**; e*
- V) Plano interno: **L0000P1900N**.*

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

São Paulo, 2 de junho de 2026.

Giuliano Gozzi

Diretor de Administração



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CAMPUS SÃO PAULO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Licitações
Rua Pedro Vicente, 625, Canindé – São Paulo – SP

ANEXO II
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

- 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - 4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

- 4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições

exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

- 4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
 - 5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - 5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

- 8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Paulo, Seção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CAMPUS SÃO PAULO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Licitações
Rua Pedro Vicente, 625, Canindé – São Paulo – SP

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº 90401/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)